

Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB



Coronel
Ustra



Idenir
Cecchim



Jonas
Reis



José
Freitas



Karen
Santos



Marcos
Filipi

019ª CUTHAB 03JUN2025

Pauta: Casos de violência política em relação à Ocupação Tribo de Judá (Estrada do Varejão – Rua Paraíso, nº 990 – bairro Lami).

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): (10h22min.) Vamos dar início à nossa reunião de CUTHAB, Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação da Câmara de Vereadores. Sou a Ver.^a Karen Santos, estou presidenta dessa comissão, que hoje vai tratar dos casos de violências políticas em relação à ocupação Tribo de Judá, da Estrada do Varejão, rua Paraíso, no bairro Lami. Para essa reunião, que foi pautada pelo colega Ver. Roberto Robaina, já convido o Roberto para estar compondo a Mesa comigo. Foram convidadas algumas instituições: Defensoria Pública do Estado, Núcleo de Defesa Agrária, Defensoria Pública, Núcleo de Direitos Humanos, Secretaria de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – nosso colega Douglas, pode ir sentando aí, Douglas. Ouvidoria da Defensoria; Ministério Público, através do Procurador Ari; Promotoria de Justiça e Defesa do Meio Ambiente; e o DEMHAB, por meio do André Machado, que é o nosso diretor-geral aqui do Município. O Schin, que é o meu assessor aqui da comissão, está colocando que as representações institucionais ainda não se fizeram presentes. A gente sempre temos o hábito de, quando chamamos uma reunião como essa, fazer os convites pelo *e-mail* formal da comissão, e também o exercício de mandar mensagens no *WhatsApp*

para tentar tensionar com que haja uma confirmação por parte dos órgãos dos governos. Infelizmente, temos presente aqui com a gente somente o Douglas, que é da Secretaria de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural. Douglas vai tentar dar conta dos questionamentos que foram trazidos por esta comissão. E, como é de praxe, sempre passamos a condução dos trabalhos para o vereador proponente. No dia de hoje, a gente teve também uma sobreposição de agenda envolvendo os vereadores desta comissão. Foi chamada uma outra reunião para tratar dos problemas do Guarujá, pelo governo Mello. Então também acho que é um mecanismo, e fica o registro de uma tentativa de esvaziamento desta reunião, porque trata justamente de uma denúncia em relação à conduta do Município com ocupação. Então, chamaram uma outra reunião, no mesmo horário da nossa comissão, para tentar enfraquecer essa pauta, mas não tem problema, a gente tem agenda ainda para seguir construindo. Chamaram uma reunião no André Coronel para tratar da pauta do Guarujá dos alagamentos.

Nesse sentido, temos pauta ainda ao resto do ano. Estou presidenta até o final do ano. E, sim, vamos priorizar a situação da ocupação Tribo de Judá. Como é que funcionam os nossos trabalhos? A gente chama para compor a Mesa as representações da comunidade para fazer uma explanação do problema. É importante sempre registrar o nome, a entidade, a instituição que representa, por causa das nossas notas taquigráficas. A ata desta reunião depois também é um instrumento jurídico de registro da situação que está acontecendo. Então para a gente encaminhar depois essa ata para as representações que não estão presentes ainda. Então, quero chamar para compor a Mesa conosco também a representação da comunidade. Clarissa, advogada Clarissa, por gentileza, compor conosco aqui. Como é que funciona o nosso trabalho? Temos até o meio-dia para fazer essa conversa aqui, nessa reunião de comissão. A gente ouve as partes envolvidas, então, 10 a 15 minutos para a comunidade trazer o problema. De 10 a 15 minutos para o governo, as representações, conseguir trazer encaminhamento, soluções para a questão que foi dada. Abrimos para o público que está presente também fazer inscrições de dois a três minutos. Então,

caso alguém queira se manifestar, complementar, trazer alguma dúvida, ao final das falas, também vai estar sendo aberto o microfone para que vocês que se deslocaram lá do Lami consigam se expressar. E os vereadores da comissão, a qualquer momento, que quiserem se inscrever, também serão ouvidos. Como é de praxe, então, vou passar a condução dos trabalhos para o Ver. Roberto Robaina, proponente dessa pauta. Uma boa reunião para nós.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Bom dia a todos e todas. Obrigado, Ver.^a Karen Santos. Esta reunião, Karen, é muito importante que a CUTHAB tenha tomado essa pauta, e eu quero chamar a atenção de todos aqui pela observação que fizeste no início, de que houve um propósito de esvaziamento da reunião. É evidente, eu conheço como funcionam as comissões e foi uma política do governo, não tenho dúvida disso. E acho que foi uma política do governo, e isso vai ficar evidente no decorrer da própria reunião de por que o governo boicota a comissão, uma reunião tão importante de uma comissão tão importante. Mas eu digo uma coisa para vocês, esta reunião não será em vão. Esta reunião vai ser muito relevante para a definição dos rumos dessa ocupação. Eu tomei contato com essa ocupação por meio da doutora, da advogada, da Clarice Zanin, que está aqui conosco. Eu imagino que a Clarice, Karen, vai ser a primeira que vai fazer a exposição, com o tempo que eu acho necessário para que ela possa expor. Eu não sei se tu conheces já a situação, tu vais conhecer e vais também te impactar. E é a primeira vez que eu estou tomando pé também nos detalhes da situação. Porque eu e a Clarice – está aqui também o advogado Ramiro, porque a Clarice estava com problema com a filha dela, a filha teve que fazer procedimentos médicos às oito da manhã, o Ramiro se prontificou para vir. Mas a Clarice veio igual. Quem conhece a Clarice, não sei quanto tempo a Clarice está acompanhando essa ocupação, mas a Clarice é aquele tipo de advogada que quando a gente encontra, não quer largar. E eu encontrei a Clarice em janeiro de 2017, quando eu fui apoiar uma ocupação na Continental, e a Clarice era advogada da ocupação, fui lá apoiar, inclusive fui com advogados – fui com o Rafael Lemes, que é advogado do meu partido até hoje, o PSOL – e a

Clarice ficou: “Essa turma que chegou aqui para apoiar essa ocupação, o que eles querem?” A Clarice não era ligada, depois a gente se ligou politicamente; hoje, eu estou orgulhosamente ligado politicamente à Clarice, e a Clarice acompanha muitas ocupações. A gente não consegue dar conta da quantidade de ocupações, porque eu não sei como é que ela faz – o dia para ela não tem 24 horas, para mim tem, para ela deve ter mais –, porque não é possível a quantidade de ocupações que ela acompanha, e com qualidade. Por que eu estou dizendo isso? Porque me chegou o relato pela Clarice, e eu, a primeira vez que vi alguma menção a essa situação, dessa ocupação, vi o prefeito Melo, em um vídeo logo depois das eleições, falando que crime ambiental não será permitido ali. E a grande suspeita que nós temos é que quem está por trás dos crimes ambientais – mas suspeita – é o próprio governo, ou pelo menos agentes do governo, funcionários do governo, políticas do governo.

Então, há alguma coisa muito estranha que está ocorrendo aí, e nós, com esta reunião, que é pública, que está sendo filmada, que vai ter matéria sobre isso, vamos atrás, porque as pessoas vão ficar naquela área, as pessoas vão continuar morando ali, e não vai ter grileiro que vai tirar as pessoas dali. Nós não vamos aceitar, nós não vamos aceitar.

Então, esta comissão, Karen, é muito importante, é muito importante esta reunião, e eu quero dar os parabéns para vocês que vieram, que eu sei que é um esforço vir à Câmara. Depois, eu quero conhecer no detalhe cada liderança, porque eu sei que essas lideranças são boas, algumas já têm relação conosco desde a época em que a Luciana Genro apoiava a greve da Polícia Militar em 1997, que foi a primeira greve que teve na Polícia Militar no Estado do Rio Grande do Sul. Foi uma onda de greves naquele ano, no Brasil todo, em Minas Gerais, Espírito Santo. E a Clarice também, ela que vai falar, a gente acompanhou também uma ocupação. Eu nem sei em que pé anda, eu sei que parece que foi vitoriosa, que foi dirigida por mulheres de policiais militares.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Até tu podias aproveitar depois e contar um pouco como está a situação para todos. Mas eu queria passar para a Clarice fazer uma exposição da situação, para que a gente possa... Qual é a expectativa que eu tenho? A expectativa que eu tenho é que esse tipo de reunião, porque a Clarice já enviou materiais para o Ministério Público, para o Dr. Cláudio Ari, que não está aqui, mas que está a par, está informado do que ocorre. O Dr. Cláudio Ari é um sujeito muito competente da área do Ministério Público e, portanto, está em boas mãos, no sentido de que o que seja sagrado nessa história toda é o direito à moradia das pessoas, e não o direito aos negócios. E, se os negócios são ilícitos, menos ainda. Porque, se o negócio é ilícito, ele não pode ocorrer, é crime. Na verdade, o crime é o negócio ilícito, não é a ocupação. A ocupação é um direito, porque a moradia é um dever do Estado, e o Estado deve oferecer moradia, deve garantir moradia, ou a ocupação passa a ser a arma necessária para as pessoas garantirem a sua própria moradia. E é isso o que foi feito, e é isso que deve ser defendido, na medida em que a moradia é um dever do Estado e um direito de todos.

Por isso que eu quero parabenizar novamente, passar para a Clarice e dizer que a expectativa que eu tenho é de que esta reunião sirva para jogar luz no problema, para que todo mundo conheça. Eu sei que o todo mundo, nesse caso, não é da noite para o dia; não é que a gente vai sair daqui e isso vai ter uma repercussão imediata, não é assim. Mas, ao chegar na Câmara dos Vereadores, já deixa de ser invisível. E, na medida em que deixa de ser invisível uma situação, fica muito mais fácil garantir que a justiça prevaleça. E é disso que se trata. Então, aqueles que estão tentando cometer injustiças vão ter que recuar. Esse é o propósito nosso. Nós não vamos desistir enquanto eles não recuem, para que as pessoas que moram lá possam seguir morando.

Dra. Clarice, por favor, a palavra é contigo. Se quiser ficar aqui para poder falar direto com as pessoas, eu sento aqui do lado.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): A Dra. Clarice vai chamar os representantes da ocupação para virem para a Mesa. Clarice, é contigo. Pode chamá-los. Onde quiser, fique à vontade.

SRA. CLARICE ZANIN: Então, eu vou pedir para o Sandro e para o Jorge virem para a Mesa também. Depois, a gente vai fazer uma outra fala. Eu, primeiramente, queria apresentar a questão da ocupação Tribo de Judá, porque a gente enxerga que está sendo usada a máquina pública contra pessoas que precisam exercer o direito de morar, que estão no Extremo-Sul da cidade de Porto Alegre, na região mais afastada do Lami, e vivem nas condições que conseguem, sem nenhum auxílio da máquina pública, com dificuldade de transporte, dificuldade de creche, dificuldade de escola, dificuldade de atendimento do posto de saúde.

Então, na verdade, o governo está falhando em tudo. E, além de falhar, nós temos essa questão muito grave que foi o prefeito Melo ter ingressado na ocupação sem ser convidado, ter entrado em uma área que já tinha decisão judicial de manutenção da posse para os moradores, para os ocupantes, e ido lá com uma comitiva sem ser chamado. Na verdade, ele foi chamado – mas nós vamos esclarecer isso depois – acompanhado de diversas pessoas do Orçamento Participativo e usando de pessoas que também não sabiam por que estavam lá, foi lá e disse para a comunidade que eles tinham até a segunda-feira para sair ou para levar algum documento provando que a área era deles. Aí começa o martírio dessa comunidade. Aí começa a agressão e a violência política. Porque um governo municipal não pode ir numa área privada, que tem uma disputa, e se posicionar ao lado de um verdadeiro grileiro. Por quê? Nós estamos tratando de uma disputa entre uma pessoa que não é dona, tem posses, tem ligações políticas, teve uma relação estranha com uma candidata a senadora que teve suas contas não aprovadas. Existem até questões, assim, se esses valores não aprovados das contas dela têm alguma ligação com esse grileiro ou com a esposa dele, uma vez que a candidata a senadora tem um grau de parentesco com eles. E não é por acaso que foram lá na ocupação fiscalizar

se havia crime ambiental. Fiscalizaram e saíram de mãos vazias, porque naquela época não tinha ocorrido nenhum crime ambiental. Naquela época, o prefeito Melo disse, em vídeos, que ficaria do lado do meio ambiente e do produtor rural, porque ele foi chamado lá por um grileiro que é do sindicato rural e, provavelmente, se utilizou depois de um maquinário alugado pela Prefeitura para uso privado, numa área da qual ele não é nem proprietário e que está disputando. E daí, a gente quer, primeiramente, que a Prefeitura nos explique por que um funcionário de uma empresa privada, que estava lá e foi interpelado pelos moradores – nós temos vídeos e fotos depois para lhe passar –, disse: “Eu estou contratado pela Prefeitura. A empresa é contratada pela Prefeitura, eu estou aqui por causa disso”. E, depois, no mesmo dia, como nós chamamos o batalhão ambiental para fazer o flagrante do que ele fez – nós já temos as denúncias no Ministério Público de que ele alargou uma nascente e mexeu num açude sem nenhuma documentação, e ele disse também que não tinha documentação –, veio um comandante da Brigada Militar reformado, num carro da Prefeitura – nós temos fotos e vídeos –, dizendo que tinha que ser liberado esse maquinário, porque estava a serviço da Prefeitura e precisava ser usado em outro lugar. E, daí, nos alegaram que existiria um convênio com o Sindicato Rural, entre a Prefeitura e o Sindicato Rural. Isso é muito grave, porque nós não estamos aqui para pagar para a Prefeitura fazer crime ambiental, nem para pagar para maquinário ser utilizado. E por isso, nós requeremos aqui a presença da Prefeitura e do setor responsável por todo o atendimento rural, que é o setor de governança. Pelo menos é assim que está na estrutura da Prefeitura, é governança e rural. Além disso tudo, nós temos a questão que já está no Ministério Público Ambiental pedindo que haja uma fiscalização das SMAMUS e que apresentem a documentação autorizadora para esse maquinário ter sido utilizado lá, para esse manejo irregular do meio ambiente. Isso aconteceu depois que o prefeito Melo foi na comunidade e disse que a comunidade estava fazendo crime ambiental. Então, a que serve isso? Qual era o propósito disso? Voltando nesse passeio que o Melo fez na área privada e coagiu as pessoas, lá mesmo os moradores já disseram: “O senhor está do lado errado, o senhor está junto

dos grileiros”. Mas ele não pensou assim, inclusive, ele levou outras vereadoras, uma vereadora aqui da Casa, a Fernanda Barth, que fez um vídeo também dizendo que as pessoas não poderiam estar lá. E eles foram lá com uma comitiva, com câmeras, e depois tiveram a desfaçatez de dizer que tinha placas de vende-se na região. E não tinha nenhuma placa. Se tivesse, eles teriam filmado e tirado foto. Por quê? Porque lá nós temos famílias que vieram da enchente, nós temos famílias que vieram de despejos e remoções da Zona Sul, e essas pessoas precisam de uma moradia, e a Prefeitura não está fornecendo. A Prefeitura não acolheu as pessoas que ficaram na estrada, no Lami, e que ficaram sem casa. Nós temos também essa questão agora mais atual, que na mesma área, porque essa área é muito grande, e, na verdade, essa área é registrada em nome de uma empresa. Essa empresa não existe mais e não se localizou ainda herdeiros dessa empresa. Agora nós tivemos uma retomada indígena em parte dessa área. Isso é muito interessante, porque nós sabemos que tem várias pessoas ali dentro se dizendo donas e querendo ganhar a área com usucapião. Inclusive, esse senhor que era arrendatário, ele entrou com o usucapião da área. Ele era arrendatário, ele chamava a polícia quando roubavam um gado, quando precisava, registrava ocorrência, ia junto com um anterior que também se dizia proprietário e colocava lá nos boletins de ocorrência que ele era arrendatário. No vídeo da Fernanda Bart, ele aparece com legenda na cara dele, como arrendatário. Então, essas situações todas são o poder político, o poder econômico querendo tirar das pessoas o direito de permanecer em um território. E isso, para nós, é muito grave. E a gente ainda tem essas pessoas ligadas a jagunços, porque eles fizeram um absurdo, eles foram cortar a luz das pessoas. E quando eles foram cortar a luz das pessoas, um morador se indignou, parou na frente, e disse, vocês não vão cortar a luz, tem crianças aqui, tem idosos. E não cortaram, porque se chamou a brigada, e a brigada disse que eles não podiam cortar a luz. Não era a Equatorial; era um arrendatário. E no dia seguinte, eles, num ato de agressão, realmente bateram, arrastaram e machucaram um morador da comunidade. Já foi feita ocorrência, e esse morador dizia, por que vocês estão me batendo? Não, é tu que estás no vídeo lá ontem, que era o

exaltado para não cortarem a luz. E esse vídeo foi gravado pelo arrendatário que estava lá no local cortando a luz.

Então, assim, a comunidade não aguenta mais, porque, quando chama a polícia, a polícia não vem para eles. Até veio nesse dia que eles iam cortar a luz de forma irregular, a polícia veio. Mas as pessoas têm até medo de andar na estrada agora, porque tem gente que acha que está acima da lei. E eu acho que no momento em que o povo vem aqui, na Câmara de Vereadores, pedir para esses vereadores que intervenham, é porque a coisa está muito complicada. Eu acho que a gente veio aqui, a gente traz para cá, porque essas pessoas estão sendo acobertadas. A Guarda Municipal tem ido lá. A Guarda Municipal tem ido lá e não é para ver se as pessoas estão tendo direito a serem atendidas no posto de saúde, não é para proteger uma escola. É para ir contra a população. E a gente não pode deixar isso. Nós temos uma decisão no processo que diz que a brigada não pode ir lá para tentar tirar as pessoas, porque o proprietário, depois de uma decisão judicial, mesmo assim chamou a brigada para dizer que as pessoas estavam lá e tinha que tirar. Então, a gente tem que dar um basta. E a Prefeitura não pode ser conivente. Ela não está nem só sendo conivente, ela está participando. E a gente não pode que participe. A Prefeitura não pode ter um lado equivocado. A Prefeitura, nós entendemos que tem que estar do lado do hipossuficiente, do lado das pessoas que são carecedoras de direitos. A Prefeitura tem que ter o CRAS, tem que ter acesso a creche, tem que ter outro turno, tem que dar condição para as pessoas. Ela não pode fazer o que ela está fazendo.

Então, a gente veio aqui para relatar isso tudo, dizer que existem ocorrências policiais, existe procedimento no Ministério Público, foi oficiada a SMAMUS para dar uma resposta e não houve retorno ainda ao Ministério Público. A gente traz depois todas as documentações. Mas a gente queria também uma explicação, se existe esse convênio. E se existe esse convênio, se alguém regula isso. Porque se existe, é possível um particular usar um maquinário público para fazer crime ambiental? Então, a gente deixa um pouco isso. E eu queria pedir para o

Sandro se ele gostaria de falar um pouco sobre a área, sobre o que está acontecendo lá.

SR. SANDRO DOS SANTOS MOURA: Bom dia a todos, a todas. É lamentável a gente fazer uso desse expediente, mas, graças a Deus... Pela parte ruim, a gente vem pedir guarida, pedir ajuda para a comissão de vereadores da CUTHAB. E obrigado, Robaina, Karen, Clarice, todas as autoridades que têm nos amparado nessa maneira. Nós estamos nos sentindo sozinhos, abandonados, no Extremo-Sul de Porto Alegre, no Lami, mais precisamente. E nós estamos ocupando uma área, eu não digo isso com grande mérito, que não é uma invasão, mas é uma ocupação mesmo, nós estamos lá com cinco decisões judiciais positivas: três de primeiro grau e duas de segundo grau. Nós estamos lá fincados na lei, na ordem, principalmente nos bons costumes. Temos cuidado com o meio ambiente. Temos lá um público de vulneráveis muito grande. Temos lá venezuelanos, haitianos. Temos lá acamados, senhoras idosas. Teve gente que não pôde estar aqui, que faz parte da nossa liderança, porque a gente empodera as mulheres lá. A Lília está com a mãe dela lá acamada, com o começo já de Alzheimer. A gente tem vários problemas. Nós temos deficiência com os nossos banheiros. Então, a gente está muito limitado, além de estarmos acuados pelo poder público, a qual a Dra. Clarice falou que deveria nos dar a mão, nos apoiar. E hoje a gente está... Estamos até com uma confusão mental. Parece que nós estamos sendo tratados como delinquentes, fazendo o que nós estamos fazendo. Juntamente com o Jorge, que é o outro coordenador, nós abrimos as porteiras. Quando nós saímos duas, três vezes pela Estrada do Lami, e vimos pessoas acampadas na beira ali da Estrada do Varejão, que sofreram com a enchente, que perderam tudo, e nós, com um monte de terra lá no nosso domínio, nós vamos abrir para essa gente aí. Abrimos. E logo em seguida o grileiro, esse aí, foi lá, tentou usar a Brigada para nos tirar de lá, mas nós tínhamos a decisão e nós estranhamos muito a atitude da Brigada também. Estava na folha de pagamento desse senhor aí, que ele é muito influente no sindicato rural, o grileiro Hamilton. Então a gente está numa situação... Eu trouxe

aqui, eu tenho as filmagens, que elas por si só falam, o coronel da Brigada, reformado, indo lá nos intimidar, dando carteiraço. Chegou lá e disse: “Olha, eu trabalho na Prefeitura e sou coronel da Brigada.” Tenho aqui gravado. E daí eu perguntei para ele: o senhor veio aqui na condição de funcionário da Prefeitura ou de coronel da Brigada? Se ele dissesse para mim que foi como coronel da Brigada, nós íamos pedir: “Olha, infelizmente, o senhor vai ter que retornar e pedir reforço, porque o senhor está no lugar errado”. E nós tínhamos apreendido, retido no local uma máquina da Prefeitura, que estava lá fazendo movimentação de terra em nascentes. Nós apreendemos, não deixamos o rapaz, o motorista sair, avisamos ele: olha, essa área aí, ela não é pública, não tem porque estar com maquinário da Prefeitura aí, e nós estamos chamando aqui a Patram. Chamamos a Patram, fizemos registro, a Patram não foi, estranhamente não foi. Quando chegou lá esse coronel da Brigada, à paisana, dando esse carteiraço, o qual também não nos intimidou, mas liberamos. Logo em seguida veio a Guarda Municipal, armada; nós, com mulheres, com crianças, muita criança, os caras com fuzil AR-15, toda espécie de armamento pesado, um dia de chuva, no qual o Jorge ali recebeu eles, educadamente. Eles foram também educados, mas a intimidação ficou, ela traumatizou. Como a Clarice disse, o rapaz apanhou, arrastaram ele, mandaram recado para nós, e ele sumiu, ele não está mais... Nós procuramos ele para trazer aqui hoje, e ele não quer saber, ele está... A ocorrência ele fez, eu tenho, gravei, gravamos aqui. Então, Ver. Robaina, a nossa história, ao longo das nossas vidas, tem se cruzado, e eu creio que isso aí não é à toa. E a gente, como observador dos bons costumes, das boas regras e da família também, veio hoje pedir ajuda, pedir ajuda porque daqui um pouco eu acho que isso pode se inverter. Embora a gente esteja muito bem embasado juridicamente, mas começa assim, marginaliza um, marginaliza outro, daqui um pouquinho ninguém mais quer fazer parte. E nós estranhamos, porque foi uma comitiva lá com o prefeito, de vereadores, foi o Coronel Ustra, foi a Fernanda Barth, foram pessoas da subprefeitura do local, nós temos em filmagem. Então, a gente solicita uma providência, a gente precisa receber orientação de vocês. Tenho aqui as gravações, vou tentar não me alongar muito, mas só para vocês

terem uma ideia, eu vou colocar aqui para vocês verem. (Reproduz vídeo no celular.) Nesses moldes que a gente está sendo toda hora atacado. Eu considero isso como ataques, como intimidações. Nós não estamos lá ilegalmente, nós não estamos cometendo nenhum crime, nenhum ilícito, pelo contrário, nós nos recusamos a ser tratados da maneira que estamos sendo tratados, principalmente pela Prefeitura, fazendo o que nós estamos fazendo. A Prefeitura não tem maquinários para limpar os valos, para fazer as limpezas, mas tem para emprestar com contratos obscuros, para fazer escavações, movimentações de terra num local privado. Isso é estranho. Então, vou passar a fala novamente para a Renata.

SRA. CLARICE ZANIN: Queria chamar a Renata também para vir aqui para a Mesa, falar um pouquinho como é que é a vida lá na ocupação, na Tribo de Judá. Enquanto a Renata vem, a gente queria pedir para o representante do governo nos dar um retorno.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Enquanto presidenta desta comissão, como é que eu acho que conduz melhor o trabalho? Ouvir todas as questões, relatar tudo o que está acontecendo. Infelizmente, está só o Douglas aqui, enquanto representante da Secretaria de Governança, porque deveriam ter outros órgãos aqui, no mínimo. E acho que o debate que o Robaina colocou no início, em relação ao boicote da Prefeitura, por entender a ilegalidade que está acontecendo nessa terra privada e a Prefeitura usando do seu poder e das suas relações para fazer *lobby* para os rendeiros. Acho que a gente ouve primeiro as lideranças, coloca todos os relatos e, depois, Douglas, tu dás alguma informação em relação a quais as providências do Município, a gente coloca tudo isso na ata, nas possibilidades do encaminhamento. E, se necessário for, a gente chama uma nova reunião de comissão, daqui a duas semanas, para tencionar, porque tu falaste do Ustra; o Ustra é um membro desta comissão, acabou de responder aqui que está numa agenda no Guarujá. Mas eu acho que é isso, a pauta de vocês constrange os colegas vereadores, que não sei se sabem toda a história

ou se não sabem, mas acho importante ter uma outra reunião para que eles saibam dessas informações, pessoas que reivindicam o Exército, as Forças Armadas. E a gente vê, às vezes, o pessoal usando dos seus cargos para dar carteiraço e intimar a população – está errado. E os colegas, aqui, os militares que ocupam o espaço dentro da Câmara de Vereadores têm que saber disso, porque, muitas vezes, eles também tentam usar esse outro cargo deles para impor as coisas aqui dentro, e está errado. Então, vamos ouvir o que as lideranças têm a dizer; depois, a gente ouve o Douglas. Pode ser assim, Clarice?

SRA. CLARICE ZANIN: Vou passar para o Jorge falar agora.

SR. JORGE ALBERIO NUNES: Bom dia a todos, todas. Obrigado pela oportunidade que a gente está tendo de estar presente nesta Casa, que, no nosso entender, é a Casa do Povo, até que se prove o contrário. Se eu estou diante de dois vereadores interessados na causa, nós temos aqui nossos representantes.

Eu vou tentar fazer um breve relato. Desde o dia em que nós chegamos nessa área – para vocês entenderem, nós chegamos nessa área no dia 26 de outubro de 2024 –, entramos na área, ocupamos a área com pessoas do bem, famílias. Estão aqui, a maioria deve estar aqui. Nesse mesmo dia, nós estávamos ocupando a área, quando chegou o grileiro, com uma guarnição da Brigada, e nós com uma decisão judicial na mão dizendo que nós tínhamos a posse dessa área. E a Brigada, por uma infelicidade, usou muitos termos feios, dizendo que ia atirar granada, cachorro, “agora vão chegar os cachorros”, “agora vai vir o helicóptero”, “agora vai chegar não sei quem”. E nós escutávamos os PMs no local dizendo assim: “O comandante do batalhão está dizendo que vocês têm que sair daí”. Ou seja, havia uma ligação do grileiro com o comando do batalhão. E nós, que estávamos à frente, eu e o Sandro, seguramos até o último momento, não foi fácil, porque nós não somos leigos, nós temos formação, nós sabíamos que estávamos embasados por uma decisão judicial e firmamos o pé, mas eles não se contentaram. E eu acho que isso tem que ser tornado público. Eles

pegaram o Sandro e levaram para um canto, e fizeram o Sandro assinar um TC de esbulho possessório. Como é que nós vamos assinar um TC de esbulho possessório, sendo que nós temos uma decisão judicial? Então houve ali um abuso de autoridade. Mas aí, no primeiro momento, tinha outro advogado que nos assessora e que chegou e entrou com uma decisão judicial, o juiz de plantão. Vejam só os senhores. O que vocês acham que o juiz deu? Na hora, o juiz plantonista de Porto Alegre nos manteve. Ou seja, algo está errado, gente. Somos nós ou quem está lá? Já teve a segunda decisão aí, nesse momento, e nós seguimos na área, ocupando. Como o Sandro falou, nós procuramos manter uma situação muito ordeira, seguindo algumas orientações, foi muito taxativa a Dra. Clarice. Para vocês terem uma ideia, nós não permitimos lá dentro droga, nada; nós não permitimos o abuso de qualquer lei vinculada à Lei Maria da Penha; nós temos uma preocupação com as nossas crianças. Então a gente organizou como se fosse a nossa casa lá, o grupo todo. E estão aqui as pessoas que são testemunhas. E aí, vieram os problemas, esses problemas que vieram. Daí, a gente recebe uma visita de um prefeito dentro da área, até tenho uma admiração pelo prefeito, mas como é que eu vou aceitar ele chegar ali? Em nenhum momento, ele teve a capacidade de entrar no nosso ambiente, onde é uma cozinha coletiva, chegar ali, sentar e tomar um café conosco e dizer assim: “Gente, eu vou ouvir vocês”, com aquele chapéu de palha – que, para mim, é uma cara de pau, uma demagogia – na cabeça. Está ali o vídeo, não estou mentindo, se eu estivesse inventando, mas está ali no vídeo ele intimidando as pessoas, “a Polícia está investigando vocês”, algo assim, querendo intimidar. Eu admiro ele, acho que ele tem um trabalho bom, mas eu não imaginava e não esperava a postura do Município de Porto Alegre perante isso, em um momento após uma pandemia, após uma tragédia, ver um prefeito... Se fosse ele sozinho, mas com uma equipe, Guarda Municipal armada. Para quê? Um ônibus cheio de guarda municipal armado, na visita, na ocupação. Será que a Mariele oferece risco para ele? Será que as crianças que estão aqui oferecem risco? Então começou assim, gente. Esse relato eu estou fazendo porque, como o Sandro colocou, nós não temos hoje uma tranquilidade. A única tranquilidade que nós

temos é jurídica, a tranquilidade jurídica nós temos, porque dois embargadores, três juízes decidiram que aquela área nos mantém. Será que, com o Município de Porto Alegre, a gente vai ter que gritar onde? Se não for aqui, onde é que eu vou agora, depois daqui, para pararem de constranger os nossos ocupantes, as nossas famílias? Onde é que nós vamos agora? Onde é que eu vou? Lá, temos criança que tem creche. Sabe onde é que botaram as crianças a estudar? Sabe onde? Lá em Belém Novo. Pessoal tem recurso para ir lá? Onde é que está o Município a intervir? A gente procurou o CRAS, fomos atendidos, mas não nos visitaram. Nós tivemos problemas lá. Vocês pensam que é fácil? A gente vai ao posto de saúde ou algo assim, e até estamos tendo um atendimento bom nesses lados; mas o que a gente faz com as nossas crianças que estão na estrada do Varejão e mandaram lá para Belém estudar? Sem ainda ganhar do Município o tal do cartãozinho para pegar o ônibus. O que a gente faz? Nós temos pessoas para alimentar lá, nós temos uma cozinha coletiva. Vou fazer o convite a esta comissão: vão almoçar conosco, será o maior privilégio receber a Prefeitura de Porto Alegre e vocês verem que aquela comunidade não é isso que estão vendendo. E aqui tem esse testemunho, está aqui a nossa cozinheira-chefe. E a gente tem o maior prazer. Então o que a gente está pregando lá dentro, gente? Hoje, nós vendemos todo o lixo arrecadado dentro daquela comunidade, e torna em iogurte para as crianças. É demagogia? Não, é qualidade. Nós não deixamos um papel voando dentro da ocupação para não deixar o prefeito ir lá... Como no dia que ele saiu, no sábado, na segunda-feira estava a fiscalização, e os fiscais reconheceram o nosso trabalho; gostaria que chamassem os fiscais aqui para dizer o que eles viram. Não viram um papel voando, não viram uma latinha, porque as latinhas estão lá para ser recicladas, para comprar leite e iogurte para as crianças. Essa é a nossa preocupação. Nós temos pessoas que tomam medicamento; de onde é que sai o recurso? Do lixo que a gente vende, que a gente torna. Os nossos banheiros lá, a gente está com o projeto de um banheiro que nós vamos fazer todo o nosso esgoto, nós não estamos permitindo nem... Vai ser tratado. Ou nós somos melhores que a Prefeitura, ou nós pensamos mais. Estou precisando de um cargo político para ensinar, de repente, eles a

trabalhar. Os nossos banheiro lá está sendo tratado, vai ser largado no valo o tratado. Assim é formada a comunidade Tribo de Judá. E tem uma formação grande de um grupo cristão, aonde se prega muitas coisas de família. A gente não permite, gente. Eu faço um apelo: vão nos visitar. Nós vamos mandar para essa comissão a festa de Natal que nós fizemos para as nossas crianças, porque uma criança nunca viu um Papai Noel. Dito por ela: "Meu filho, nunca viu um Papai Noel". E vou mandar os vídeos para os senhores verem que lá nós fizemos uma festa de Natal. A última festa agora é a festa de Páscoa para as crianças. Está aqui, o pessoal é testemunha. Vai ser mandado esse material. Ou seja, nós caminhamos com as nossas próprias pernas. Agora, o que nós não podemos, vou deixar claro aqui, é esse constrangimento. Quando o Aldacir foi agredido, gerou dúvida entre nós se isso aí seria possível, tanto a minha como do Sandro. Mas era tão evidente, entendeu? E ele sumiu! E hoje, como é que essas pessoas estão lá dentro, que sensação têm de segurança? A pior coisa é se sentir inseguro num lugar onde a gente prega a coletividade, o almoço coletivo, o café coletivo, onde a gente faz com que as pessoas se tornem melhor, com doações que estamos procurando. Não é em vão, que vários órgãos estão nos procurando, pessoas vão lá para nos doar. Por quê? Porque entende que aquela comunidade é séria. Nós não estamos brincando. Nós não vamos deixar o rabo para o prefeito pegar. Nós não vamos! Nós estamos cuidando de tudo para que não aconteça. Agora, permitir esses constrangimentos que vão lá? E estão dando azar que nós estamos documentando tudo, nós estamos filmando tudo, nós não estamos deixando nada a desejar. Então, a comunidade... Não é que... Nós não estamos pregando que nós somos santinhos, mas, dentro de uma sociedade ordeira, que a gente procura ter cuidado com as nossas crianças, com as famílias que estão lá, com o idoso. Eu me sinto muito honrado de estar fazendo esse serviço, e estar nesta Casa e estar sendo ouvido. Porque é triste, muitas vezes, para nós, que às vezes falta o recurso que a gente arrecada lá do pessoal para transformar. Como nós chegamos a ter dias de dar a refeição para 80 pessoas. E se chegar lá, a gente não deixa ninguém, está aí a Dra. Clarice, que vai fazer várias visitas... Chegou na nossa casa... E a gente está sendo

procurado. Tem exemplos aqui, nós vamos chamar exemplos aqui que chegaram com o filho arrastando um saco na rua chorando com fome. Eu faço o quê? Ligo para o Melo? Vou ligar para o prefeito: “Prefeito, eu estou aqui com uma família, o senhor poderia me mandar...” Não. Nós acolhemos. Nós temos pessoas com problema de droga. No fim está se tornando uma coisa grande para nós, mas a gente recebe; a gente recebe, a gente acolhe. Mas o Município poderia nos dar alguma coisinha. Ver as nossas crianças que estudam hoje, com esse frio, como é que a gente vai levar? Como é que a gente vai levar? A gente está tentando buscar recursos de bolsa, bolsa aquilo, nada vem, tudo é difícil. Será que é possível o Município fazer isso? É difícil? Então, só para não me alongar muito, eu quero agradecer muito a essa comissão, espero que saia daqui um resultado positivo, a gente leve adiante todas essas nossas colocações aqui. E faço um convite: gostaríamos muito de receber vocês lá para almoçarem com nós, para vocês verem. Hoje nós temos uma pracinha dentro da Tribo de Judá. Uma praça, entendeu? Nós temos tanta coisa que a gente tem feito, e isso nos gratifica como ser humano, porque a gente não tem medo. Não vai ser o prefeito que vai nos intimidar, não vai ser ninguém, mas quando tocou para um lado um pouco mais agressivo, aí nós temos que ter cuidado, aí nós vamos berrar. E nós vamos berrar alto, estamos vindo aqui berrar. E vou dizer pra vocês: a gente passou a enxergar uma situação grave que até o dia que aconteceu nós entendíamos que aquele grileiro poderia ser pacífico, e agora ele ultrapassou um limite que nos preocupa, e nisso a gente vai pedir muito o apoio de vocês. Nos visitem, vão lá nos ver, porque a gente não quer ter o desprazer de vir aqui com um homicídio, com uma agressão além do que foi. Isso nos preocupou muito! E eu quero muito agradecer vocês, e que essa reunião não seja uma reunião, mas um pedido de socorro para que o Município olhe para nós, mas seja justo, seja imparcial. Só em ser imparcial, ele já nos ajudaria muito. Muito obrigado.

SR. SANDRO DOS SANTOS MOURA: Eu queria até fazer um adendo na fala do Jorge, chamar a Fátima aqui. Faça o favor, Fátima. E para a Fátima, num

breve relato, bem objetivo, como é que ela foi parar lá na Tribo de Judá, se tu tem filho, que idade tem tua filha?

SRA. MARIA DE FATIMA FRAGA: Bom dia a todos. Meu nome é Maria de Fátima, tenho 36 anos, tenho a minha filha, a Daphne. Eu estava internada numa clínica e eles me mandaram embora com a minha filha, na rua; não me deram uma passagem, nada; louca de fome, porque eles falaram que lá nós tínhamos que fazer em jejum, até as quatro horas da tarde. Como eles me mandaram embora, eu perguntei se eu poderia comer um prato de comida, porque eu iria para a Restinga, para a minha família, e eles falaram que não. Eu disse, está aí a minha filha, um copo de leite para ela tomar, para aguentar a fome até a Restinga. Não, vocês têm que sair assim. A dona da clínica mandou vocês embora, por uma desavença que deu entre crianças. Aí eu disse, está tudo bem, vou sair. Saí, foi onde a Renata, o Giovani, o esposo dela, me acharam pela rua, subindo uma lomba, com dois lençóis cheios de roupa minha e da minha filha, até roupa molhada, porque eles não deixaram eu terminar de lavar a minha roupa. Foi onde eles me deram uma ajuda, me ofereceram ajuda, e eu aceitei, porque eu estava na rua com a minha filha, louca de fome. Foi onde eles nos levaram para lá, para a tribo de Judá. Só tenho a agradecer a vocês todos, por terem aberto as portas para nós. Hoje a gente está bem, a gente está bem acolhida, estamos bem. Temos onde morar, não estamos na chuva, porque nesse dia estava até chovendo quando nos mandaram embora. Graças a Deus, Deus nos mandou no nosso caminho. Obrigado, Renata, obrigado, Giovani, pela ajuda.

SR. SANDRO DOS SANTOS MOURA: Então, senhor, obrigado, Fátima, senhor vereador, senhora vereadora. Nós não queremos aqui usar o sentimento para comover vocês, porque isso é a história real da vida das pessoas. É assim que as pessoas estão andando pelas ruas de Porto Alegre com crianças pela mão. Eu me recuso, como um cidadão que formei minhas filhas, tenho filhas formadas em nível superior, a fazer o que eu faço e ser tratado como um marginal. Então,

peço aos senhores, nos perdoem, mas isso aí não é usar o sentimento, não. Isso é a vida real. E tenho certeza que a Renata também tem um breve relato. Tem um breve relato também, não é, Renata? Desculpe.

SRA. RENATA OLIVEIRA: Bom dia a todos. Meu nome é Renata. Sou uma das moradoras da Tribo de Judá. Estou lá ajudando na cozinha, junto com essa família que nós estamos formando lá. E todas as vezes que ocorreram esses fatos da polícia chegar, da Guarda Municipal, todas, a gente achou que era para vir para nos ajudar, mas era ao contrário, era para nos coagir, para nos tirar daquela área, para achar defeitos onde não tem, porque cuidamos daquele ambiente, porque lá a gente quer ter um lugar melhor, diferente de todos os lugares que hoje temos. Lá não admitimos tráfico, essas coisas, envolvimento com droga, violência, violência contra a criança. Lá a gente não admite isso; queremos tornar aquele lugar um lugar onde a gente possa criar nossos filhos, com uma boa estrutura, com bons ensinamentos. Temos origens cristãs lá, que são os bons ensinamentos que queremos passar para os nossos filhos. E tudo isso conta para nos ajudar, são coisas que queremos passar uns pelos outros. E, quando o Melo foi lá, achamos que agora ia chegar ajuda. Vamos resolver, vai ter moradia digna para todos, não vamos mais precisar se bater por um material, vai vir a Coativipa para recolher nosso lixo dignamente, porque são três, quatro quilômetros para chegarmos na faixa para fazermos nossa limpeza coletiva. Nós nos juntamos todos, levamos, não deixamos o lixo rolar, ensinamos isso para nossos filhos também, que temos que morar em um ambiente limpo. Todos os nossos líderes nos ajudam, tanto como o posto de saúde, que o primeiro atendimento, eles nos atendem, mas não podemos fazer um cadastro. Por quê? Porque tem todas essas coisas que estão acontecendo, que eles não estão querendo liberar a gente, não estão querendo ter o nosso registro lá, claro, pacificado, que nós temos uma moradia digna, que aquilo expanda nos ouvidos das outras pessoas, que lá há uma tribo de Judá, há uma comunidade que se ajuda. Eles estão fechando todos os ciclos, estão querendo fechar a gente. E, quando aconteceu esse fato dessa agressão que foi contra o Aldacir, nós

ficamos mais ainda coagidos, porque pode ter sido uma criança, pode ter sido uma mãe, porque, cada vez que eles vão lá, é tudo gravado. Eles gravam e nós gravamos também, para mostrar os dois lados. E, numa dessas, se fosse uma mulher atravessando aquela rua, o que eles poderiam ter feito? A gente não sabe. E por isso que estamos agora em um clima hostil. O que pode acontecer? De noite, nós ficamos atentos a tudo, a tudo que acontece, a todo barulho que vem. Quando ele entra, quando ele sai... Nós, ó: ele passou. Vamos ficar atentos a ele, porque tudo ele usa como uma arma contra nós. Só que nós só queremos o nosso direito de moradia, o nosso direito de aquele lugar ser conhecido como um lugar digno, um lugar honesto, não como uma invasão, não como nós estamos tomando algo de alguém. Nós não estamos lá para tomar nada de ninguém. Nós só queremos o que é nosso, o que é nosso por direito, que é uma moradia digna, uma escola digna. A minha filha estuda no Belém Novo; eu não consegui transferência para a minha filha; o filho da Maiquele tem a creche dele lá na Serraria, lá na ponta da Ponta Grossa, no final. E quando nossos carros estragam? Se falta aula, perde o benefício de poder comprar algo para a criança. Como é que a gente faz? Já temos já... Nós estávamos com os três carros; de três, estamos com um só. Que nós se juntava para fazer todas essas correrias. Então, eu acho que os órgãos deveriam olhar para nós com os olhos mais positivos. Que nós não estamos ali para causar desordem, bagunça. Nós queremos ser ajudados e ser reconhecidos, porque a gente passou por vários lugares que nós não tivemos essa assistência. E nós lá queremos a assistência, sim, do governo. Queremos, tanto como saúde, saneamento básico. São coisas normais que todo ser humano quer. É só isso que a gente quer. Nós não queremos impedimento, nós queremos solução para aquele lugar. Essas palavras que eu quero deixar. Muito obrigada a todos por terem ouvido a gente, por ter tirado esse dia para ouvir a Tribo de Judá. Obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Pessoal, vamos ouvir a representação da Secretaria de Governança, Douglas, que já é parceira aqui da comissão há muito tempo. Douglas é um Cargo Comissionado do governo, antes ele tratava

das emendas parlamentares, e hoje ele está tratando demandas do Orçamento Participativo em especial, mas está alocado dentro dessa Secretaria de Governança Cidadã e Desenvolvimento, do qual o Castro Gildo é o secretário. Então, Douglas, o que tu poderes dar de informação em relação a essa abordagem, essa atuação do Município, que tu tens informação em relação a isso, que tu debes ter questionado o secretário. E depois eu vou passar para os encaminhamentos, coisas que eu já peguei aqui, uma ida da comissão ao território, uma nova reunião aqui, mas aí a gente aborda no final. Douglas, por gentileza.

SR. DOUGLAS RAI SILVA GONÇALVES: Bom dia, bom dia, presidente Karen, bom dia, Ver. Robaina, bom dia a todos os integrantes aqui desta comissão, bom dia a todos que estão na mesa, bom dia à doutora Clarice. Bom, em primeiro lugar, eu quero falar sobre a Secretaria de Governança de Participação Cidadã e Desenvolvimento Rural. O que é a secretaria? Eu vou fazer um breve relato. A Secretaria de Governança antes era articulação política, agora virou Participação Cidadã e Desenvolvimento Rural. O secretário Cássio é muito aproximado com a matéria rural, porque, quando foi parlamentar desta Casa, por dois mandatos, duas presidências da Câmara, reinstituiu a lei que recriou a zona rural no município de Porto Alegre, a Lei nº 775, uma lei complementar. Para quê? Para proteger a zona rural de futuros empreendimentos, enfim, e nós também alteramos a Lei Orgânica colocando quórum qualificado para alterar o regime urbanístico da zona rural de Porto Alegre. Ou seja, para alterar o regime urbanístico da zona rural de Porto Alegre, vai precisar de 24 votos aqui na Câmara. Ou seja, é uma maioria qualificada. Não se altera mais o regime urbanístico da zona rural de Porto Alegre com maioria absoluta. Isto foi uma vitória da cidade que preservou a zona rural de Porto Alegre. Com isto, ele saiu de parlamentar, assumiu como secretário, e nós, lá na Secretaria de Governança, não tínhamos a atribuição até então de cuidar da zona rural de Porto Alegre, somente a articulação política da cidade, a relação com a Câmara e com o Orçamento Participativo. Ao longo do tempo, se passou essa atribuição

para nós e, hoje, alteramos o nome da secretaria e as competências dela. Com isto, nós nos deparamos com uma zona rural muito fragilizada, precisando de investimento ao pequeno produtor, aos orgânicos, que é uma pauta da Secretaria de Governança em agricultura orgânica, agrofloresta, em proteção ao meio ambiente. E nós, então, lançamos o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável da cidade de Porto Alegre. Com isto, nós temos, hoje, o nosso Centro Agrícola Demonstrativo, que já faz 35 anos, mas que tem um apoio ao agricultor de toda a cidade, preferencialmente ao agricultor que planta orgânicos na cidade. Esse plano foi regulamentado através de um decreto do Município, nº 22.261, de 2023, que veio lá da lei que restituiu a zona rural do Município. Neste plano, o produtor se habilita, tem uma visita técnica do agrônomo para desempenhar serviços, ou seja, hoje, no Município, temos a Patrulha Agrícola, assistência técnica, aberturas de açude e conservação de açude, porque a conservação do açude... O açude é uma retenção de água muito importante para poder fazer a irrigação dos seus mantimentos. E nós estamos incentivando a realização de agroflorestas com coberturas de solo para usar menos água para a agricultura sustentável. Tudo isso vem de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural, restituído por decreto, regulamentando a lei que restituiu a zona rural de Porto Alegre. Passando, depois dessa breve apresentação aqui da secretaria, existe na minha diretoria, que eu correspondo hoje, que é de Participação Cidadã, um programa chamado Mais Comunidade. Este programa Mais Comunidade já vem desde da última gestão do governo Melo. Nessa gestão, temos o Mais Comunidade blitz de serviços e o Mais Comunidade de demandas, que são pedidos pela comunidade, através da subprefeitura, com os conselheiros do Orçamento Participativo, e o prefeito vai visitar as demandas da comunidade. Uma das visitas que ocorreu, que foi falada aqui, foi do programa Mais Comunidade, eu estava presente. Antes, a gente já tinha feito mais três visitas, fomos lá ver a questão...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. DOUGLAS RAI SILVA GONÇALVES: Do Mais Comunidade? Porque procura a subprefeitura, acredito, os conselheiros foram pedidos de vários..., alguém pediu através da subprefeitura. Agora, quem, não vou saber responder quem. E o seguinte: foram feitas as vistorias. Tem um calendário de vistorias, nós vamos fazer vistorias nas 17 regiões do Orçamento Participativo. É um governo bem próximo da comunidade. E apresentando a questão, esse produtor, o Hamilton, que hoje é possuidor, está em discussão, está em litígio, mas ele se habilitou ao plano, para receber, através do decreto. Cumpriu os requisitos legais, teve a vistoria técnica com o agrônomo responsável, tem a ART – Anotação de Responsabilidade Técnica –, tem as permissões. A máquina locada que foi lá fazer o serviço faz parte da Patrulha Agrícola. É um dos serviços que a Prefeitura fornece aos produtores, que é a Patrulha Agrícola.

SR. JORGE ALBERIO NUNES: O senhor me permite uma perguntinha, só para não perder o foco? Só uma perguntinha.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Ver. Roberto Robaina. Jorge, eu acho assim, vamos escutá-lo, porque é muito importante, ele está falando. Eu, como disse a Karen também, sei que é uma representação de comissão, não é o secretário que está aqui, como eu acho que corresponderia nesse caso, mas não importa, importa é que tu estás falando em nome do governo. E nós, o que nós vamos ter aqui é quase que uma investigação, em última instância. Por quê? Porque vocês trouxeram, e a Clarice trouxe, denúncias muito graves, muito graves, que nós vamos ter que checar. Felizmente, tem muita documentação, e eu confio muito no depoimento de vocês e na sabedoria da Clarice, para que a gente saiba exatamente o que está ocorrendo. Então é bom que o governo e que a gente depois faça as perguntas precisas, para que possamos... Por exemplo, uma pergunta que nós vamos ter que fazer é como é que... E o representante da Prefeitura estava começando a falar que esse Hamilton, afinal de contas, teve

acesso a uma máquina que é parte de um plano. Vamos saber se ele tinha direito, realmente, a ter esse acesso. Vamos ver qual é a exposição dele, quais são as documentações que esse Hamilton tem, e como é que, com as documentações que o Hamilton tem, ele teve acesso a uma máquina da Prefeitura.

SR. DOUGLAS RAI SILVA GONÇALVES: Bom, o formulário do plano municipal, ele é aberto ao público, está na internet, está disponível no site da governança. A pessoa preenche esse formulário lá, coloca a sua documentação e apresenta. Tem que ter talão de produtor, que é o caso, e tem outros documentos que são necessários, através do decreto, que eu não vou listar aqui, mas estão todos disponíveis ali no decreto. Ele tem uma vistoria técnica, como funciona o plano, ele tem uma vistoria técnica com o agrônomo, servidor da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. O servidor avalia se tudo o que ele pediu vai ser necessário ou não e se disponibiliza o que for necessário para atendê-lo. O Mais Comunidade que ocorreu lá, ele foi através... porque o nosso foco é combater o loteamento irregular na zona rural de Porto Alegre. Por quê? Tem uma lei de prevenção da zona rural, que a Câmara de Vereadores votou, o colegiado votou, acredito que seja de importância para a cidade de Porto Alegre, a permanência da zona rural, não haver loteamentos na área rural para aquelas pessoas que queiram não produzir lá. Se quiserem produzir, adquirem a propriedade e produzem o seu alimento, produzem ou vendem nas feiras orgânicas do Município. A Câmara, mais um reconhecimento aqui, o Ver. Robaina ajudou, a Ver.^a Karen, a bancada ajudou a promover uma inovação na cidade de Porto Alegre, a regulamentação das feiras orgânicas do Município. Foi muito produtivo. Então, vendam nas feiras orgânicas. Hoje, em Porto Alegre, nós vamos abrir um edital, dando oportunidade aos produtores da zona rural a acessar as feiras orgânicas, porque antes não era acessível a todos. Então, hoje, nós temos um edital, construímos um edital de chamamento público, poderá ter pontos de vendas dentro da cidade, isso tudo para fortalecer a zona rural do Município. Então, nós fomos lá, porque a nossa discussão não se dá sobre a propriedade do imóvel, mas, sim, sobre loteamentos

irregulares, caso ocorra na zona rural. Não estou dizendo desse litígio, mas aquela área da Navegação Progresso teve muitas denúncias de que a Navegação Progresso estava refazendo o CNPJ para vender áreas, em outras áreas da zona rural, e isso a gente quer combater. Acho que é uma ajuda aqui da comissão, da CUTHAB, em combater os loteamentos irregulares na zona rural. Então, não é o caso daqui, não sei qual é o caso do litígio, não olhei os autos, mas fomos lá vistoriar. Essa vistoria teve desdobramento, enfim, foi notificada a SMAMUS para saber o que está acontecendo, foram notificados vários órgãos da secretaria para trazerem informações, bem como o Ministério Público foi notificado, como a Dra. Clarissa já colocou aqui. E, no mais, o que eu quero deixar bem claro a todos que estão aqui é que o Sr. Hamilton se habilitou a um plano, fez jus com assessoria técnica, da Agricultura, dentro de um programa do Município de Porto Alegre, que é aberto a todos, todos podem acessar o *site* da Prefeitura de Porto Alegre e se habilitar a esse programa. Hoje temos diversos atendimentos na zona rural. Como nenhuma gestão acolheu, tivemos grandes investimentos em assessoria técnica, conseguimos chamar do concurso público três agrônomos, algo que não tínhamos, conseguimos batalhar para nomear três agrônomos que fazem parte do programa. Então, quando foi dito aqui que a máquina estava lá, da Prefeitura, sem nenhuma legislação ou fazendo qualquer ação não autorizada, compreendo, porque não foi avisado a vocês nem todas as partes do que estava ocorrendo, que existia um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural dentro da cidade. E também quero deixar aqui uma indicação à comissão que convide também a outra parte da discussão judicial para estar aqui, para falar, para dar oportunidade à Casa Legislativa da outra parte falar também. Então, o Parlamento, eu fico muito lisonjeado de estar aqui hoje, porque eu comecei nesta Câmara de Vereadores como estagiário, comecei como estagiário aqui. Eu morei na Estrada das Quirinas, altura de 5 mil, na Rua Rincão das Flores. Eu saía às 11h para estudar no Idelfonso Gomes, ali do lado do Julinho, para começar a minha vida acadêmica, minha vida estudantil. Então, a dificuldade de cada um aqui que relatou, eu sei como é. Porque eu saía de lá longe... Agora tem uma parte com asfalto, mas antes não tinha asfalto.

Então, eu tinha que sair com um pano... Para concluir, então, eu tinha que sair, às vezes, com pano para limpar o meu sapato. Então, às vezes, a dificuldade que vocês sentem, eu já senti. E eu digo o seguinte: eu quero deixar aqui bem claro que qualquer dúvida, enfim, aqui dentro da comissão, eu posso encaminhar aqui, dando, num processo SEI, um relato; até a ata aqui da comissão, pode encaminhar para o Secretaria de Governança, será parte, dentro do processo administrativo, no decorrer do Mais Comunidade. Eu acredito que essa reunião é um desdobramento da ação do Mais Comunidade. E é isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Estou rindo, mas é sério, gente. Olha, vou passar para o Sandro que se inscreveu. Retomando, estamos no nosso período, 11h30min. Nosso teto é meio-dia. Óbvio que, se precisar, passamos um pouquinho, mas para respeitar o horário do almoço de todo mundo. Vou pedir para o Shin, que é assessor da comissão, pegar as inscrições das pessoas que estão levantando as mãos, me passar para cá, aí a gente abre, de dois a três minutos, para intervenções do público. O Sandro se inscreveu. E o Jorge também. Vou passar primeiro para o Sandro. Jorge, enquanto o Shin pega as inscrições do público, depois volta aqui para a mesa para a gente encaminhar. Pode ser assim? Sim. Está *ok*, então.

SR. SANDRO DOS SANTOS MOURA: Sou representante da ocupação da Tribo de Judá. Gostaria de agradecer a presença também do Douglas, embora não seja de uma maneira não convincente, Douglas. Porque, da mesma maneira que tu sugeres que nós chamássemos aqui a outra parte, nós também gostaríamos que, quando vocês fossem lá, nos olhassem também com esse mesmo direito do contraditório, de poder nos defender, de saber quem é que estava lá e de nos colocar também essas mesmas condições. Porque nós também lá, nós criamos galinha, nós criamos porco, nós aramos a terra, fizemos hortas, das quais esse senhor lá, que o senhor sugeriu que viesse aqui, soltou o seu gado para que pisoteasse a nossa plantação. Sempre soltam os cavalos em cima das nossas plantações. Nós também produzimos o nosso próprio sustento. Nós, inclusive, já

fizemos registro sem efeito nenhum. Então, é até bonita essa tua fala, sabe, Douglas, assim, quando tu dizes... E a impressão que eu tenho, tu me perdoes, eu não quero ser irônico aqui, mas parece que, com todo esse trabalho que tu passaste limpando calçado, deslocamento da área rural, não aprendeu, não ficou uma experiência. Então, tu me desculpes, mas a gente lida... Nós não trabalhamos com dados, nós trabalhamos com pessoas que sentem fome, que sentem frio e que, realmente, estão numa triste realidade. Tu me perdoes, a minha fala está sendo afluída, mas, às vezes, chega a soar como um disparate, sabe, Douglas? Me perdoa, é a primeira vez que eu estou te vendo, e fico triste em saber que tu estiveste lá e não nos ofertaste também essa condição de, ao menos, sugerir para o prefeito: prefeito, escute, escute isso, tome um café com ele. Porque nós fomos lá solidários com vocês, nós fomos hospitaleiros, convidamos o prefeito para adentrar no nosso lado. Em momento algum houve registro... Nós combatemos a venda de casas, de lotes. Nós, se perguntar para qualquer um dos que moram aqui qual é o tipo de condições que eles foram parar lá ou como é que nós nos mantemos lá. Nós... com doação. Então, assim... (Presidente informa que resta um minuto do tempo acordado.) A fala é... Falar é bonito, sabe? Eu fico até constrangido. Era isso, presidente.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada. Vou passar a palavra para o Jorge, depois para as inscrições do plenário. Aviso quando faltar um minuto. Não esqueçam de se apresentar novamente, para as notas taquigráficas.

SR. JORGE ALBERIO NUNES: Sou o Jorge. Eu gostaria de deixar registrado nesta comissão, ele deixou bem claro... Olha a fragilidade ou a conivência da Prefeitura. Ou a Prefeitura é muito ingênua, ou ela é muito esperta. Então, quer dizer que, se eu morar na zona rural, entrar para qualquer área com talão de produtor, eu me cadastro nesse programa?

SR. DOUGLAS RAI SILVA GONÇALVES: Eu não estou dizendo só o talão de produtor, eu estou dizendo para respeitar o decreto e as exigências.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

SR. JORGE ALBERIO NUNES: Tá, olha bem. No mínimo, eu acredito que, quando vai se entrar num programa que vai se usar verba pública, dinheiro público, maquinário público, eu teria que ter, no mínimo, o proprietário ou a avaliação do proprietário para eu trabalhar em cima dessa área. Eu quero deixar registrado aqui nesta comissão que é muito frágil. Pode ter decreto, pode ter o que for, mas é frágil. Ou a Prefeitura é muito esperta, ou ela é muito ingênua, ou a Hamilton é amigo de alguém, do amigo do amigo, que ele, sem documento nenhum da área, se cadastrou no sistema e usa hoje retroescavadeira... E outra coisa, quero deixar registrado: ele não produz orgânico.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Douglas, quando for falar, te apresenta. Eu sugiro que você termine de ouvir e depois faça uma manifestação. Porque, depois, nos registros, na hora que a gente vai ler esse documento, fica muito confuso. Então, se apresentem, termina, ouve o coleguinha e, depois, a gente passa a palavra.

SR. JORGE ALBERIO NUNES: Esse seria o meu registro para os senhores que são fiscais da lei, que fiscalizem e olhem, porque está muito fácil. Está muito fácil conseguir máquina, conseguir caminhãozinho, plantar, e o povo de Porto Alegre vai pagar. Ou estou errado, não sei se eu estou, eu acho que estou no Brasil. Eu não estou na Groenlândia, na Disneylândia, né, gente? Então, os senhores que são responsáveis, que são fiscais da lei, vocês viram, ele mesmo colocou a fragilidade do sistema. É a coisa mais fácil, é só preencher o formuláriozinho, e tendo a área e um talãozinho de produtor, que eu vou ter retroescavadeira, que é uma coisa caríssima, entendeu? Ah, tem um detalhe que eu gostaria de deixar registrado. O seu Hamilton faz parte da diretoria do Sindicato Rural de Porto

Alegre. Pode ser que seja isso que Porto Alegre entendeu em beneficiar ele. E, se os senhores deram uma pesquisada no portal, também quero deixar registrado aqui, o seu Hamilton teve um contrato de transporte vinculado à Prefeitura de Porto Alegre durante a pandemia. Esse seria para encerrar. E muito obrigado a esta comissão. Espero a visita dos senhores na nossa área, gostaríamos muito de receber todos, inclusive, o senhor Douglas, que, naquele dia, o senhor não se oportunizou em entrar na nossa cozinha, tomar um café e ver que aquelas pessoas são humildes, mas têm um coração. Eu me emociono. Eu me emociono, porque a pior coisa que a gente pode ver é a injustiça, é ser injusto com as pessoas, como o senhor bem colocou aqui que deveria estar seu Hamilton. Eu faço minhas as tuas palavras, Sandro. Obrigado e um bom dia a todos.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada. Vamos para as inscrições do público. Depois, pelo final, Douglas, se quiser fazer alguma manifestação, e aí eu vou para os encaminhamentos, que tem bastante coisa para a gente seguir acompanhando mais de perto, enquanto Câmara, nessa situação. Marcelo Dias, da UAMPA, prepara Alecsander, morador. Aviso quando faltar um minuto.

SR. MARCELO DIAS: Bom dia a todos, todas. Eu cumprimento a Ver.^a Karen, o Ver. Robaina, a Clarice e a comunidade aqui. Meu nome é Marcelo Dias, sou diretor de desenvolvimento urbano da UAMPA e quero trazer uma sugestão de dois encaminhamentos para ajudar, mas eu gostaria de falar algumas coisas brevemente. Eu já passei por uma situação não igual, mas muito parecida com atores, com situações estranhas, com prefeitura, com coisas muito estranhas. E a pergunta que eu estava me fazendo ali, sentado, eu estava que não conseguia parar na cadeira, Ver.^a Karen e Ver. Robaina: há quanto tempo a gente fala de luta, moradia, há quanto tempo a gente vê quase a mesma história, as mesmas discussões, as mesmas manobras que são feitas? E o que esperar – ao colega ali que falou que admira o prefeito –, mas o que esperar de uma Prefeitura que,

em cinco anos, construiu três casas, somente, em Porto Alegre? Qual o plano habitacional, de política habitacional que nós temos para a cidade? É essa a pergunta que a gente faz. E me desculpe o colega que veio aqui representando a Prefeitura, mas, em nenhum momento, eu ouvi falar em questão de habitação, em questão de direito à moradia, em questão do direito das famílias, e, sim, uma situação de desculpa de dizer que “estamos organizando o agro; estamos organizando porque foi feito dessa maneira”. Aqui nós tivemos uma mãe chorando, numa situação que tem que levar para uma creche a quilômetros de distância. A gente não falou aqui na parte social, a gente não disse nenhuma questão da parte social. A gente só está vendo o lamento de vocês que é digno, que vocês têm o direito, sim, à moradia. Então, eu quero trazer aqui dois encaminhamentos para vocês, como sugestão. Eu também faço parte da assessoria da deputada Bruna Rodrigues. O primeiro encaminhamento, Ver. Robaina, além das denúncias, que eu acredito que já estão sendo acompanhadas pelo Dr. Cláudio Ari, que é sensacional na minha opinião, eu gostaria de que vocês também observassem, porque, quando eu tive um problema de moradia, a gente também fez uma denúncia no MP cível criminal... (Presidente informa que resta um minuto do tempo.) ...dando nome para as pessoas, dizendo quem estava fazendo, porque, além da discussão, tem pessoas indo lá ameaçá-los. Então tem que fazer isso, tem que dar nome aos bois, bem assim.

A segunda sugestão é que a gente leve o caso também para a Comissão dos Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, para que essas pessoas tenham o direito de ser ouvidas, saiam do âmbito só municipal e a gente faça uma discussão. Porque tem a Brigada Militar lá todo dia também ameaçando vocês. É isso que eu queria sugerir. Muito obrigado e bom dia a todos.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada. Alecsander, representante da comunidade, e se prepara Maiquele, também da comunidade.

SR. ALECSANDER DE ALBUQUERQUE: Bom dia a todos, eu cumprimento as autoridades. E o dia que – eu tenho certeza, porque eu já trabalhei com isso, com zona rural –, o dia que o Hamilton foi lá com retroescavadeira, com os negócios tudo da Prefeitura, foi para abrir vala, para transbordar tudo lá onde o pessoal estava morando e cheio de crianças. Então, quem ia cometer o crime ambiental é o Seu Hamilton, que ia abrir com a retroescavadeira um açude para inundar toda a área lá onde nós estávamos ocupando. É só isso que eu queria declarar.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigado, Alecsander. Maiquele, e prepara Geovani Nunes, que também é morador.

SRA. MAIQUELE PEREIRA DE LIMA: Oi, bom dia, meu nome é Maiquele, eu sou da Tribo de Judá, e eu queria relatar essas mesmas situações. Eu também sou uma mãe, cheguei lá sofrendo violência doméstica do pai dos meus filhos, hoje, graças a Deus, ele está descansando em paz. Eu cheguei lá e tive o apoio de todos, nada falta para os meus filhos, os meus filhos não passam fome, minha filha tem todos os recursos, o único recurso que a gente não tem é que eu tenho que sair do Lami para ir à Ponta Grossa levar o meu filho, porque ele já está na idade de creche – ele tem cinco anos. Agora, vamos ver como é que vai ser essa situação, como é que vai ir o andamento. E queria pedir a todos que puderem ajudar nessa forma, porque, com essa situação do que aconteceu com o nosso morador, o Aldacir, a gente, como mãe, fica com medo de sair na rua e ser atacada da mesma forma, com criança pequena, a gente sai cuidando. É pior do que ser assaltado, a gente está com o mesmo medo que a gente sofre. É isso que eu tinha para declarar. Graças a Deus, vou deixar aqui para todo mundo, porque nós somos lá, nós somos tudo uma família, nós cuidamos de todo mundo. Eu cheguei lá e hoje, eu trabalho com cadastro, eu recebo as pessoas, abrigo as pessoas lá dentro. Muito obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Maiquele. Geovani Nunes.

SR. GEOVANI NUNES DE FRANÇA: Bom dia a todos, quero agradecer a cada um. Sou esposo da Renata, quero agradecer ao Sandro e ao Jorge por estarem junto conosco lá. Me chamaram duas vezes, três vezes, para nós irmos para lá, mas não fomos na primeira, e, como me chamaram de novo, nós fomos. Eu creio que tudo é de Deus, eu creio em Deus, em Jesus, nada é por acaso, Deus nos levou lá para ajudar esse povo. Nós morávamos de aluguel, então hoje não moramos mais de aluguel, moramos lá ajudando esse povo maravilhoso, que é uma comunidade em que cada um se apoia, pega pela mão. Passei pela rua, encontrei ela, levamos para lá, o Sandro esperou: “Vamos esperar ela almoçar primeiro” – porque ela chegou com fome lá – “e depois conversamos, em primeiro lugar”. Então, creio que a comunidade está seguindo certo, quero agradecer a cada um. Só isso que quero falar. Muito obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigado. Não tem mais ninguém inscrito. Vou passar para o Douglas fazer suas considerações finais – três minutos, Douglas –, eu leio os encaminhamentos e passo a palavra para o Ver. Robaina e para a Clarice também fazer o encerramento. Por gentileza, Douglas.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): É para ela fazer o encerramento. Tu tens que fazer considerações em relação àquilo que foi colocado.

SR. DOUGLAS RAI SILVA GONÇALVES: A questão que vou deixar pontuada... Três questões aqui. Primeiro, os equipamentos públicos e a assistência técnica que foi atribuída ao Sr. Hamilton, que ele se habilitou ao plano, o plano está aberto a qualquer um que se habilitar, desde que tenha os requisitos. Foi

legalmente, através do decreto regulamentado, que ele se colocou ali. Quando ele preenche o formulário, que é de responsabilidade dele, ele apresentou a documentação, ou não, daí tem que pegar ali a documentação que foi colocada no processo, né? Ele coloca no formulário dele se ele é proprietário da terra ou arrendatário. Como está em discussão, né, Dra. Clarissa? Ele apresentou nos autos, ele disse que é arrendatário da terra, então, enfim, ele apresentou o documento que está em discussão, não tem nenhuma decisão. E, além disso, os requisitos são o documento de identificação do produtor, RG, CPF, CNH, declaração de aptidão ao Pronaf, que é a DAP ou a CAF, que é o Cadastro Nacional de Agricultura Familiar, a cópia do talão do produtor, bem como se o produtor é orgânico ou ele aceita migrar para a transição, porque nós, o governo, estamos ajudando os produtores que não são orgânicos a fazer a transição da sua agricultura. Então, ele se habilita para fazer a transição, nós damos todo o apoio técnico. Então, a patrulha é aberta para todos, quem é orgânico e quem não é, mas damos preferência para quem é orgânico e para quem está habilitado em querer trocar a sua agricultura. A questão do plano está bem dita aqui na internet, está bem transparente. Em qualquer situação e em qualquer informação, a Secretaria de Governança e a diretoria ou o secretário Cassio, nós estamos abertos para qualquer explicação, enfim, uma explicação mais detalhada da secretaria. A comissão pode chamar aqui, nós apresentamos a Secretaria do Desenvolvimento Rural ao Orçamento Participativo. Está bom? Muito obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada. Então, vou ler os encaminhamentos que eu peguei enquanto comissão, depois passo para a Clarice. Vereador Robaina, vê se podemos dar o encaminhamento dessa forma. Proponho uma visita da comissão no dia 1º de julho, às 10h da manhã. Às 10h, encontramos-nos lá dentro da comunidade, e aí chamar as representações do governo novamente, assim como a representação do CRAS e da SMED, para, desde já, vermos essa função do cadastro em relação ao programa Vou à Escola. Eu sei que vai ter abertura do cadastramento para creche agora, em

agosto, o Município vem comprando vagas na rede privada. Então, acho que é importante ter uma representação da SMED lá para explicar para as mães, para os pais, como é que vai se dar esse cadastramento e quais são os benefícios hoje que o Município tem a oferecer. Dia 1º de julho, então, essa proposta.

Ver também, Clarice, tu e as lideranças, se vale a pena levar isso para a Corregedoria da Brigada Militar, o coronel Vladimir vem nos recebendo, pelo menos do Movimento Social Negro, a gente, vira e mexe, está lá para levar denúncias em relação ao abuso de autoridade por parte da polícia, ele vem abrindo inquéritos e acho que ajuda a coagir essas situações. Nesse sentido, vem dando um respaldo positivo, avaliem se vale a pena.

Levar para a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, e aí está aqui a representação do mandato da Bruna, assim como tem o mandato da Luciana. Vocês podem oficializar isso lá, esse espaço de oitiva da nossa situação, da Tribo de Judá. Esse encaminhamento da ata para a Secretaria de Governança, para que se paralise o processo vinculado ao proprietário Hamilton, enquanto a área estiver com esse processo judicializado em aberto. Então, enquanto não houver uma decisão judicial pelo conflito com o Município, que vem potencializando na região, que se suspenda esse processo do Hamilton, esse é o pedido da comissão. E a ata, com todo o relatório do que foi colocado do abuso de poder, que vem sendo feito por parte da Prefeitura. E seriam esses os encaminhamentos que eu anotei aqui. Vou passar para a Clarice complementar, e para o Ver. Roberto Robaina também.

SRA. CLARICE ZANIN: Eu achei muito proveitoso esse encaminhamento, principalmente ao final, para interromper esse convênio, mas até para facilitar para o Douglas. Ele pode requerer que ele traga uma documentação atualizada, porque ele era arrendatário de uma pessoa que faleceu em 2021, e ele foi notificado pelos herdeiros do fim do arrendamento. E daí ele não vai ganhar, mas ele entrou com usucapião. Nós sabemos que quem é arrendatário não tem a prescrição aquisitiva do usucapião. Então, se ele está trazendo para vocês um documento que prova que ele não tem direito a ser proprietário da terra, com

certeza ele não é da Navegação Progresso. Digo isso porque ele ingressou com usucapião contra a Navegação Progresso. E o arrendamento que ele tinha não era de um proprietário registral. Então, nós pedimos que os senhores fiscalizem essa documentação que ele mandou. Não precisa só cancelar. Se ele mandou a documentação equivocada, que a gente sabe que, pelo menos, por duas vezes ele usou o maquinário, que ele ressarça o erário. Porque, mais do que se locupletar, ele prejudicou de ser utilizado em áreas que realmente teriam o direito de utilizar esse programa. Então, se ele usou de assessoria técnica, o maquinário, o tempo do funcionário da Prefeitura, e ele gerou todo esse caos e cometeu o crime ambiental, então, que ele tenha que ressarcir os cofres públicos. E que ele tenha que trazer para vocês a comprovação ou de propriedade ou de arrendamento vigente, porque a gente não sabe quando ele requereu o programa, desde quando existe o programa de vocês. Mas a gente sabe que, desde 2021, ele não tinha as condições para o programa, então, de 2022, 2023, 2024, 2025, ele tem que devolver.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Primeiro, agradecer à Ver.^a Karen; segundo, parabenizar a comunidade, as lideranças, a advogada Clarice, e dizer que a fala final da Clarice, o encaminhamento da Clarice, eu concordo com todos os encaminhamentos que foram propostos, mas eu dizia que era muito importante a intervenção do Douglas, porque o Douglas está falando em nome da Prefeitura, e é muito importante que tenha tido essa informação de que esse cidadão Hamilton, e foi oficializada, foi comprovada pela fala do Douglas que esse cidadão Hamilton utilizou da máquina pública. Se ele utilizou da máquina pública, e utilizou de má-fé, nós vamos inclusive investigar porque é que a Prefeitura, se ele estava de má-fé, se ele apresentou documentos falsos, como que ele conseguiu, com documentação falsa, utilizar recursos públicos. Porque é disso que se trata. Karen, eu acho que nós vamos pedir que a Prefeitura nos forneça essas informações, mas vamos também fazer um pedido oficial da comissão, um pedido oficial de informações, porque o pedido oficial de informações faz com que a Prefeitura tenha prazos legais. Nesse caso, nós

vamos trabalhar dentro dos prazos legais, para que a gente possa ter essas informações. Porque eu desconfio que tenha sido isso, eu desconfio que esse cidadão não tenha a documentação adequada e que a Prefeitura, apesar disso, tenha cedido material, cedido auxílio técnico dentro desse programa. Se não for isso os documentos vão mostrar. Se for isso, nós vamos ter que ter uma explicação de como é que esse cidadão utilizou os recursos públicos, maquinário público. Aqui ninguém é idiota! Ninguém é idiota! Porque o Jorge estava falando em ingenuidade e aqui não tem ingênuo. Na Prefeitura, o que não tem é gente ingênuo. E tu sabes disso. Então nós vamos saber que tipo de gente tem. E o ponto desta reunião, o importante desta reunião é que quem está cometendo crime, quem está tentando intimidar, quem está ameaçando, pare; porque nós não vamos parar! Parem, porque nós não vamos parar! E esta reunião aqui com a Karen presidindo, nós vamos levar, sim, foi um encaminhamento bom na Comissão de Direitos Humanos, em última instância, e aqui são, pelo que eu entendi, tanto o Jorge quanto o Sandro atuaram na Brigada Militar, pelo que eu entendi, vocês são ex-trabalhadores da Brigada Militar, então nós também vamos acionar o Governo do Estado, para que o Governo do Estado saiba o que está ocorrendo. Porque, como disse o representante da UAMPA, não é possível que a Brigada Militar intimide a população. A Brigada Militar tem que cumprir a lei, é a primeira que tem que cumprir a lei. E e como vocês têm as filmagens, está tudo documentado, isso é o bom desta reunião, e o bom dessa situação, as coisas estão documentadas; então, se está documentado, o tempo vai dar razão para quem tem a verdade. Eu, evidentemente, tenho uma; a partir da experiência que eu tenho na política, já faço política há 40 anos, tenho uma certa noção de que lado está a verdade. Mas, bem, o bom é que tem documentação. E ainda nós temos instituições, e nós temos instituições de investigação. Inclusive na Câmara dos Vereadores, tem comissão parlamentar de inquérito. A comissão parlamentar de inquérito é um instrumento da Câmara dos Vereadores que pode investigar, porque ela tem papel de polícia. Quando ajudei, aqui, numa comissão parlamentar de inquérito, tive uma experiência muito interessante em comissão parlamentar de inquérito junto com a Mari Pimentel, nós fizemos uma

investigação, a Mari Pimentel foi quem presidiu, mas o resultado daquela investigação – isso é interessante, porque às vezes as CPIs não dão em nada, e é verdade que muitas CPIs não dão em nada –, a CPI da Educação, contra toda a base do governo tentando sabotar a CPI, deu provas para a própria polícia levar à prisão a secretária de Educação, de um poderoso empresário, que foi tratado aqui como um extraordinário e competente empresário, o Jailson, que era um picareta de quinta categoria, era tratado pelo governo como uma maravilha de competente para conseguir resolver os problemas educacionais da cidade de Porto Alegre, se provou que era só um ladrão, ladrão das crianças, além do mais. Então, felizmente, aqui na Câmara dos Vereadores, agora a oposição tem 12 vereadores, e se nós quisermos – e avisa lá o governo, Douglas –, nós montamos uma CPI para investigar esse caso. Então, alerta: recuem nessa situação! As pessoas têm que continuar morando nesse lugar sem intimidação, sem a utilização da Guarda Municipal para ir lá pressionar. E é bom que tenham PMs aqui, ex-PMs aqui, porque, se tem algo interessante na PM, é que tem gente sem medo! Isso é muito bom. Gente sem medo faz a diferença. Não tenham medo! Se nós não tivermos medo, nós vamos ganhar! Essa terra é de vocês e não de qualquer grileiro que quer lucrar. (Palmas.) É muito importante isso, Douglas! É muito importante o governo saber. Obrigado, pessoal.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Então, pessoal, encerrando a nossa reunião de comissão, agradeço a presença de todos os moradores da comunidade Tribo de Judá, nos esperem com um café no dia 1º de julho, que nós vamos estar indo *in loco*. Vamos fazer a pressão para que os meus colegas vereadores se façam presentes, o Ver. Robaina também vai estar junto com a gente. Um abraço grande, bom trabalho para todos nós.

(Encerra-se a reunião às 12h06min.)